



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)

Secretaria Executiva

Câmara Normativa e Recursal (CNR)

Ata da 5ª reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2021

1 Em 20 de dezembro de 2021, reuniu-se extraordinariamente a Câmara
2 Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de
3 Minas Gerais (CERH-MG), por meio de videoconferência, realizada pela
4 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
5 (Semad), em Belo Horizonte. Participaram o presidente Thiago Figueiredo
6 Santana representante da Semad, e os seguintes membros titulares e
7 suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Verônica Ildefonso
8 Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Lucas
9 Marques Trindade, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
10 (MPMG); Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de
11 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marcelo Ladeira Moreira
12 da Costa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
13 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
14 Mobilidade (Seinfra). Representantes do Poder Público Municipal: Antônio
15 Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Eduardo
16 Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
17 Meirelene Arantes dos Reis, da Prefeitura Municipal de São João do
18 Manteninha; Francianny Maria de Paula Souza, da Prefeitura Municipal de
19 Viçosa; Paola de Oliveira Silva, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara.
20 Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos: Denise Bernardes
21 Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
22 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
23 Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto
24 Brasileiro de Mineração (Ibram); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia
25 de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira, da
26 Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).
27 Representantes da Sociedade Civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do
28 Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas
29 Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn

Filho, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Campus Montes Claros. **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente Thiago Figueiredo Santana declarou aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, fazendo a leitura da pauta e solicitando a manifestação dos conselheiros no que tange aos destaques e pedidos de vistas dos pontos constantes na pauta. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS:** Não havendo manifestação por parte dos conselheiros, o presidente informa sobre a apresentação de dois vídeos institucionais, a saber: O primeiro vídeo refere-se a Revista Mineira de Recursos Hídricos que é uma iniciativa do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), publicada anualmente, em formato eletrônico e com fluxo contínuo de recebimento e publicação. O objetivo é conhecer e disseminar pesquisas científicas novas e relevantes na área de planejamento e gestão de recursos hídricos e o segundo vídeo relata os resultados de 2021, das quatro casas que compõem o Sisema, que são a Semad, a Feam, o Igam e o IEF. **3) EXAME DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA.** Aprovada a ata da 4ª reunião da CNR do CERH-MG, realizada em 8 de novembro de 2021, com a seguinte alteração proposta pela Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas: Linha 77, onde está escrito “àquela questão que o território da parte hidrogeológica”, leia-se “àquela questão do território, que é a parte hidrogeológica”. Não havendo mais manifestação, o presidente coloca a ata em votação. Votos favoráveis: Segov; MPMG; Seapa; Sede; Seinfra; Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Santa Bárbara; Fiemg; Faemg; Ibram; Copasa; Siamig; CRBio-04; Instituto Guaicuy; UFU; Crea/MG; ICA/UFMG. Abstenção: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pelo motivo da Prefeitura estar tomando posse nessa sessão. Ausentes no momento da votação: Prefeitura Municipal de São João do Manteninha e Prefeitura Municipal de Viçosa. **4) Minutas de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação:** 4.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 66, de 17 de novembro de 2020 que estabelece as

65 Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais.
66 Apresentação: Igam/Gerência do Sistema Estadual da Informação em
67 Recursos Hídricos - GEIRH. A conselheira Ariel da Seapa solicita a correção
68 da data na minuta da Deliberação e o gerente Allan informa que a data
69 será atualizada com a data da aprovação. Não havendo mais
70 manifestações, o presidente coloca a minuta em votação. Votos
71 favoráveis: Segov; Seapa; Sede; Seinfra; Prefeitura de Patrocínio;
72 Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Viçosa; Prefeitura de Santa
73 Bárbara; Fiemg; Faemg; Ibram; Copasa; Siamig; CRBio-04; Instituto
74 Guaicuy; UFU; Crea/MG; ICA/UFMG. Abstenção: Ministério Público do
75 Estado de Minas Gerais (MPMG), com a seguinte justificativa: “Seguindo a
76 regra geral do Ato da Corregedoria Geral Nº 2, de 2021, e diante da
77 ausência de prévio contato com o promotor natural.”. O presidente
78 Thiago Figueiredo Santana registra que a conselheira Meirelene Arantes
79 dos Reis, representante da Prefeitura de São João do Manteninha está
80 presente na reunião, porém não conseguiu efetuar a votação por
81 dificuldades operacionais. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
82 Corujo do Instituto Guaicuy justifica o não envio do relatório de vistas:
83 “Aconteceu de sermos conselheiros no Copam e os prazos para a entrega
84 dos relatórios nos Conselhos é diferenciado, e no dia que percebi,
85 realmente, era o dia do envio e não havia mais tempo. Aproveito para
86 solicitar o apoio da Secretaria Executiva no sentido de lembrar a data final
87 de entrega dos relatórios de pedido de vistas, por e-mail. Se não for
88 possível, estaremos mais atentos.”. O presidente Thiago Figueiredo
89 Santana sugere a Secretaria Executiva que envie e-mail aos conselheiros
90 lembrando a data final de envio dos relatórios de vistas. 4.2) Minuta de
91 Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa
92 CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais
93 para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de
94 Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções,
95 composição e estrutura - SEI/º 2240.01.0000250/2021-57. Apresentação:
96 Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação
97 à Gestão Participativa - GECBH. Pedido de Vistas pelo conselheiro Antônio
98 Geraldo de Oliveira, representante da Prefeitura Municipal de Patrocínio.
99 Justificativa: “A Prefeitura solicitou que pedíssemos vistas para analisar

todo o processo”. 4.3) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0007142/2021-19. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH. Conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira: “Houve uma separação da norma, não se trata do mesmo processo? Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Conforme solicitado na reunião passada, primeiro foi separado a questão das associações e consórcios e a questão refere-se ao prazo para adequação dos regimentos internos. A primeira minuta que a Prefeitura de Patrocínio pediu vistas refere-se à questão dos consórcios e associações municipais, que foi a parte colocada como mais polêmica durante a discussão. Em relação a outra minuta solicitada vistas, trata-se da parte referente a alteração do prazo para adequação dos regimentos internos”. Pedido de Vistas pelo conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira representante da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Justificativa: “Mesma motivação do item anterior”. 4.4) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre a convocação e a realização de Audiências Públicas no âmbito dos processos de Enquadramento dos Corpos de Água. Apresentação: Igam/Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos - GPLAN. Pedido de Vistas pela conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. Justificativa: “Vamos querer contribuir com revisões nessa minuta” e Vistas Conjunta do Conselheiro Lucas Marques Trindade, representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Justificativa: “Para uma análise mais aprofundada, dada a sensibilidade do tema”. 5.) Fiscalização de barragem de água e estudos de casos, Calhauzinho, Setúbal e Paraisópolis. Apresentação: Igam/Gerência de Segurança de barragens e Sistemas Hídricos - GESIH. O Gerente da GESIH/Igam, Walcrislei Verselli Luz realiza a apresentação e se coloca à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas. O presidente Thiago Figueiredo Santana coloca a apresentação em discussão. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria saber primeiro, as apresentações em

PDF, quando se trata de mapas, geralmente não conseguimos ter acesso ao detalhe da localização e muitas vezes é necessário ter acesso, principalmente quando a gente quer dar um zoom para um determinado território. A pergunta que tenho é: os mapas dessa apresentação, principalmente aquele onde estão as estruturas que é o mapa de Minas e eu fiquei interessada em verificar quais são essas estruturas na bacia do rio das Velhas e do Paraopeba, onde se consegue, no site do Igam, esse mapa numa versão PDF com boa resolução ou JPEG? Segunda pergunta, a base de dados da localização dessas estruturas que já estão consideradas dentro desse plano já consta na IDE? É possível baixar o conjunto da localização para que a gente possa ter isso no acervo das informações do que nós trabalhamos com mapas? E por último, considerando pelo que foi explicado, pelo menos em duas dessas estruturas já fiscalizadas que demandam uma atenção maior, que medidas foram adotadas em relação a quem era o responsável, ou a empresa ou o empreendedor, ou a equipe de consultoria de ter chegado ao ponto dessas estruturas estarem com essas situações que estão claramente ligadas ao não devido controle ambiental e manutenção de estruturas que podem colocar em risco o Meio Ambiente e a População. Que medidas foram adotadas pelo Estado para que sejam responsáveis ou que medidas foram adotadas para que realmente a gente consiga ter uma maior responsabilidade por quem empreende, no caso aqui essas estruturas colocando em risco, e isso sendo verificado só a posteriori?”. Walcrislei Verselli Luz - Gerente da GESIH/Igam: “Bom, só para orientá-los sobre que as informações mais detalhadas podem ser obtidas no site www.snisb.gov.br, e do lado esquerdo da página acessamos a planilha de dados e ao clicar vai abrir uma planilha com as 22.000 estruturas cadastradas no País. Nesse caso, é só filtrar por Minas Gerais que aparecerá todas as estruturas que estão com cadastros efetivados. Ressalta-se que nós temos mais estruturas que estão em processo de efetivação. Mas, a partir do momento que forem efetivadas, lançamos na planilha. Então você vai ter dados sobre a finalidade de uso, sobre o dano potencial da barragem, sobre altura e volume, se os documentos foram entregues, Plano de Ação de Emergência (PAE), etc., e o interessado consegue possível filtrar pela planilha. Qualquer outra informação de interesse pode ser solicitada diretamente

ao Gabinete do Igam, e nós disponibilizamos as informações. Em relação a última pergunta, ainda não temos a disponibilização das barragens cadastradas na IDE, é um projeto nosso para o futuro. Nós estamos com várias ações sendo executadas ao mesmo tempo e essa ação está prevista, a partir do momento que a gente implementar mais o nosso cadastro, vamos disponibilizar na IDE, mas hoje ainda não temos. Com relação às ações adotadas, como atribuição do órgão fiscalizador cabe a ele exigir a colocação da documentação, então uma vez que se constatou que o empreendedor não tem, primeiro autuou o empreendedor e depois solicitado alguns estudos e relatórios, como aquele de inspeção de segurança especial, mas também cabe ao empreendedor cumprir ou não, e no caso o empreendedor ainda não cumpriu e por se tratar de uma barragem de um órgão estadual, e nós temos muita dificuldade com barragens, tanto de órgãos municipais, como estaduais e federais, porque muitos desses órgãos não tem recursos destinados para essas estruturas. Então, tem ações, são barragens que são fiscalizadas pelo Igam todo ano e estão sendo exigidos os documentos, tivemos uma reunião recentemente na Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGE, junto à Seapa, parte daquele recurso da infração vai ser empregado nas próprias barragens, então isso está sendo discutido lá. E é uma barragem de um órgão estadual, que tem uma diretoria que cuida de barragens no Estado e dá suporte técnico para diversos irrigantes no Estado, lá nós temos um engenheiro que é bastante capacitado e acompanha bem de perto essas estruturas, fiscalizando mais de uma ou duas vezes por ano, algumas dessas estruturas já passaram por recuperação de algumas anomalias, nós temos outros casos de outras barragens deles e algumas estavam com anomalias um pouco mais preocupantes e já foram obtidos recursos para a recuperação e implementação, e portanto elas já foram fiscalizadas novamente esse ano. Mas aí segue o Igam exigindo a documentação, as inspeções de segurança. Então esse ano nós já estamos aguardando a inspeção de segurança regular deles”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Gostaria só de complementar. Agradeço as respostas. A gente percebe que sempre que se trata de questões que podem trazer situações de risco, por isso que tem até as classificações de risco 1, 2 e 3, e se tomam providências a partir do PAE (Plano de Ação de Emergência),

205 sempre fica para a Sociedade e estou falando como cidadã e como
206 ambientalista envolvida com muitos grupos. As pessoas que de repente
207 estavam ali na chamada rota de um possível incidente, e estavam
208 possivelmente com a sua vida tranquila e são surpreendidas ao ter que ser
209 retiradas porque afinal tem uma estrutura que pode colocar em risco a
210 vida delas e tem toda a sua vida alterada. E quando escutamos uma
211 apresentação, a gente vê que na realidade são estruturas que foram
212 licenciadas, que receberam outorgas ou receberam autorizações, que
213 vieram atendendo as demandas para as quais foram requeridas e que não
214 estavam na realidade com o acompanhamento de vido apesar de serem
215 obras que podem colocar em risco e aí é o meio ambiente, caso aconteça
216 realmente uma situação e a população já está pagando um alto preço. E é
217 por isso que eu quis saber que providências estão sendo adotadas em
218 relação a quem deveria ter desde o primeiro momento que recebeu
219 autorização, para esse represamento para construir essa estrutura, não
220 ter feito o devido acompanhamento. Se não há recursos ou não havia
221 recursos, então, a meu ver, não deveria ter sido iniciado essa repressão de
222 água para o objetivo antes que tivesse todas as garantias de que a partir
223 do momento que vai ser construída não se vai estar testemunhando
224 depois situação como essa. Então eu queria deixar aqui registrado, que
225 continuamos realmente testemunhando e aqui tem a ver com as
226 barragens de água, mas nós já tivemos as situações com barragens de
227 rejeito e a lógica tem que ser uma outra lógica. Então era essa a minha
228 ponderação, porque eu entendo e muitos entendem como eu, que
229 enquanto não houver a devida e criteriosa responsabilização daqueles que
230 respondem tecnicamente por uma estrutura que pode vir a colocar em
231 risco pessoas e meio ambiente essa situação vai continuar acontecendo
232 reiteradamente em Minas Gerais e no Brasil. E é por aí que a gente tem
233 que encontrar de imediato uma solução ou enquanto isso não estiver
234 garantido que não se outorgue mais, ou que não se autorize, ou que não
235 se licencie, para que não aumentemos ainda mais o que já temos de
236 passivos graves e de riscos, a todo momento, no nosso território. Eu fico
237 imaginando essas pessoas que foram deslocadas dos seus lugares por uma
238 estrutura que provavelmente eles tinham confiança, achando que estava
239 tudo sobre controle e afinal não estava e isso é lamentável. Eu acho

importante que se encontrem caminhos, que sejam devidamente responsabilizados quem continua operando ou construindo estruturas que coloquem vidas em risco, porque enquanto isso não for ser feito, não vamos ter sossego. É isso!”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Só fazer um pequeno comentário. Dentro da esfera administrativa, o que compete ao Igam, quando do vislumbre de qualquer situação de risco ou de danos são tomadas medidas, notificações. Exemplo da barragem de Paraisópolis, que teve uma ação conjunta com a Defesa Civil, notificação de empreendedor, etc., penalizações, mas a gente também não pode esquecer que dentro dessa limitação nós temos feito e eu me solidarizo com essa sua percepção do impacto na Sociedade, mas também há outras instâncias competentes que tem que fazer a sua justiça valer, como os próprios conselhos profissionais na apuração da forma de gestão destes responsáveis técnicos de empreendimentos e afins. Vamos dizer que a apresentação refere-se ao que administrativamente compete ao Igam trabalhar nesse processo, mas não podemos esquecer que há outras instâncias competentes para aplicar sanções desde o próprio empreendedor aos responsáveis por essas estruturas. É só para deixar muito claro isso, que a nossa situação não é conflitante e nem exime de outras instâncias também aplicarem qualquer tipo de penalização. Mas são ótimas considerações.”. Wanderlene Ferreira Nacif - Igam: Boa tarde a todos. Na verdade, complementando e reforçando o que o presidente Thiago falou, a gente tem que ter em mente, principalmente a responsabilidade do empreendedor. Tendo em vista, salvo engano, que temos alguns milhares de barragens não conhecemos, porque sequer estão cadastradas ou mesmo outorgadas, é importante entendermos também que o Estado, por mais que se esforce para fazer o controle dessas estruturas, nunca terá o tamanho suficiente para manter tudo isso totalmente sob controle, dado o número de estruturas que existem. Então, é muito importante destacar a responsabilidade do empreendedor, acima de tudo. Enquanto a estrutura existir ele será responsável por sua manutenção, e muitas vezes, o que a gente tem é um descaso com a manutenção das estruturas. É necessário que todos os órgãos de fiscalização hajam adequadamente para cobrar isso, e também que haja um trabalho para que o empreendedor ou responsável - porque nem

sempre são empreendedores, às vezes o responsável é um município, ou um pequeno agricultor - tenha a consciência do impacto que a estrutura pode vir a causar, inclusive na vida das pessoas. Então é importante ter esse trabalho e são várias frentes. O presidente Thiago também falou sobre punir os responsáveis, e ir até às vias de fato, ir até o final, fazendo com que os responsáveis realmente arquem com as consequências, porque o que a Maria Teresa falou é muito sério, a população é que geralmente sofre os efeitos disso. Por mais que a gente esteja lá, atuando, como o Walcrislei mostrou nesses casos, quem saiu de casa, foram as pessoas. Elas, que estão alocadas em locais onde não desejariam estar e por um período que não sabem qual será. Isso gera uma insegurança na população e quando as pessoas retornam, e às vezes nem retornam, mesmo que a gente tenha os atestes de estabilidade da estrutura, nem sempre a pessoa retorna com a mesma tranquilidade que existia antes de ela ter saído de casa. Então há uma questão psicológica também envolvida nesse processo que precisa ser cuidada. Os Órgãos de Estado, Ministério Público e outras instituições que atuam em conjunto conosco, precisam realmente atuar de forma mais eficiente e eficaz possível, para que se mude esse conceito. As coisas são deixadas muito, vamos dizer assim, à mercê da sorte. Quando temos uma situação de risco de rompimento, todos são chamados e precisam atuar das mais diversas formas para tentar minimizar o impacto sobre a população. Temos que trabalhar preventivamente para que essas estruturas não ofereçam risco. E o empreendedor ou o responsável pela estrutura é o primeiro que tem que ter essa consciência. É ele que tem que atuar para que a estrutura tenha manutenção adequada para que não ofereça riscos, ou se oferecer, que sejam mínimos. A gente não pode dizer que não existem riscos, porque sempre que tiver uma estrutura e uma população a jusante, existirá um risco (perigo), mas pelo menos que isso seja minimizado ao máximo. Que cada um arque com as suas responsabilidades e reflita sobre isso e atue adequadamente e preventivamente para que não ocorram situações como essas. Obrigada! Walcrislei - Gerente da GESIH/Igam: Acho bem pertinente as considerações da conselheira Maria Teresa. É isso mesmo! Só quero trazer mais algumas informações, a Política Nacional de Segurança de Barragem é muito recente, tem apenas 10 anos. Ela é de

2010 e, recentemente, foi realizada uma avaliação Ex-post da política envolvendo vários órgãos do país. Como exemplo, Paraisópolis é uma barragem de 70 anos. Muitas barragens que temos no estado foram construídas no passado, antes mesmo até do procedimento de licenciamento e de outorga. E como não temos informações dessas estruturas, nós tomamos conhecimento a partir do cadastro, por uma denúncia, ou por uma situação de emergência. Temos atendido muitas estruturas que chegam por canal de denúncia e a partir daí avaliamos, fiscalizamos, classificamos as estruturas e convocamos para o cadastro. Estabelecemos todas as responsabilizações de acordo com a Portaria Igam nº 02/2019. Esse é o grande desafio do Estado, como falei no início, temos estimativa de mais de 30.000 estruturas no Estado. Particularmente acho que esse número é bem maior. Temos casos de outros Estados com mais de 100 mil estruturas. Muitas estruturas foram construídas sem critérios de engenharia. A maior parte destas barragens são pequenas. A partir do momento que efetivarmos o cadastro das estruturas, conseguiremos fazer a gestão do risco, e priorizar as fiscalizações. Temos que evoluir para uma gestão do risco de barragens, de forma que uma população possa residir a jusante de uma estrutura, mas sabendo que o risco está sendo gerenciado. As Portarias do Igam são novas, mas já conseguimos fazer boas entregas para a sociedade em termos de Planos de Segurança, cadastros e atuações em emergências. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado Wanderlene e Walcrislei. Algum conselheiro quer fazer mais alguma manifestação? Bem senhores, não havendo mais manifestações, agradecer a presença do Walcrislei aqui, que nos atendeu prontamente com as informações que solicitadas pela CNR e fica também a sugestão da Câmara propor outros itens que caibam ser apresentados, nivelados sobre informações que sejam de atuação de qualquer entidade do Sisema. Ficamos à disposição para esse tipo de proposição, mesmo não sendo feita aqui, podem encaminhar um e-mail para Secretaria executiva que a gente faz a articulação interna.”. O gerente da GESIH/Igam, Walcrislei Verselli Luz, informa à conselheira Maria Teresa que para ter acesso aos mapas com boa resolução, ela pode encaminhar e-mail para gesih.igam@meioambiente.mg.gov.br e solicitar que serão encaminhados

os mapas com uma resolução melhor. E se coloca à disposição para outras solicitações também pelo e-mail walcrislei.luz@meioambiente.mg.gov.br.

Proposta de agenda para as reuniões da Câmara Normativa e Recursal do CERH-MG, em 2022. Apresentação: Semad. Agenda aprovada, por

unanimidade, nos termos propostos. Votos favoráveis: Segov; MPMG; Seapa; Sede; Seinfra; Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Viçosa; Prefeitura de Santa Bárbara; Fiemg; Faemg; Ibram; Copasa; CRBio-04; Instituto Guaicuy; UFU; Crea/MG; ICA/UFMG. Ausentes no momento da votação: Prefeitura de São João do

Manteninha e Siamig. 7. Assuntos gerais. Conselheiro Eduardo Tavares -

Prefeitura de Belo Horizonte: “Primeiramente, para demonstrar o prazer de fazer parte desta CNR e rever alguns companheiros com os quais já compartilhei em outras épocas e dizer àqueles que não conheço que será um prazer dividir esse espaço que acredito, ser de uma importância imensurável para Minas Gerais. E a segunda parte da manifestação é para desejar a todos um Feliz Natal e que tenham boas festas com consciência, com cuidados, enfim que entremos em 2022 com boa disposição para novos debates, novas argumentações, novos diálogos. Obrigado Thiago, um grande abraço.”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo -

Instituto Guaicuy: “Eu gostaria de solicitar, assim como o Estado apresenta a sua prestação de contas, no sentido do que foi realizado durante o ano, e observa,os isso na apresentação institucional, em relação a questão de passivos de outorgas, do percentual dos passivos que existiam. Eu gostaria de solicitar que a gente recebesse uma planilha referente aos dados do ano de 2021, sobre quais foram realmente as outorgas concedidas nos seus diversos tipos e que fosse a mais completa possível. É sempre muito complicado para a gente ter acesso à quantidade de outorgas e onde foram dadas, qual a vazão e para qual uso, para qual o empreendedor ou para qual usuário. Nós estamos falando aqui da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, que pode apontar, inclusive, diretrizes que vai tratar de deliberar sobre recursos. Eu estou solicitando que seja preparado essa planilha para que a gente possa, como conselheiros, ter acesso da totalidade de outorgas de diferentes tipos, inclusive com a localização em Minas Gerais, dadas no ano de 2021. Gostaria de fazer esse requerimento agora na reunião.

379 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Conselheira, esses dados não
380 estão atualizados na IDE?”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
381 Corujo - Instituto Guaicuy: “Na IDE, quando a gente acessa um
382 determinado território para conhecer, existe uma marcação de que ali
383 tem uma outorga, mas não se consegue ter um acesso completo às
384 informações sobre aquela outorga. Eu ainda não consegui. Eu estou
385 falando de uma avaliação sistêmica, a gente vê a marcação na IDE, mas se
386 a gente vai com o cursor ou tenta localizar a informação daquela outorga,
387 não se consegue. Então eu estou requerendo as seguintes informações:
388 No ano de 2021, quais foram as outorgas dadas e em quais territórios,
389 qual a localização, qual a vazão? Por exemplo, para poder conhecer eu
390 teria que ler as Portarias de Outorga diariamente para ter esses dados e
391 preparar uma planilha. Talvez eu possa estar equivocada, mas continuo
392 tentando e não consigo acesso à essa informação. É isso!”. Presidente
393 Thiago Figueiredo Santana: Bem, eu vou verificar com a equipe
394 competente, mas o objetivo de disponibilizar na IDE era para este fim
395 mesmo, que vocês pudessem acompanhar as emissões de outorgas.
396 Algumas informações pessoais, principalmente de pessoa física há
397 restrições da Lei Geral de Informação de serem disponibilizadas dessa
398 forma, dentro da IDE, pode haver algum tipo de restrição. Mas eu vou
399 solicitar à Secretaria Executiva que faça à Diretoria de Planejamento e
400 Regulação a solicitação dessa informação e havendo a planilha com esses
401 dados, a gente já pede o encaminhamento a todos os conselheiros. É
402 importante, até porque o objetivo da IDE é o conceito da transparência
403 das informações no que é possível disponibilizar sem restrições legais.
404 Vânia Sarmiento - Núcleo dos Órgãos Colegiados: “Nós do Núcleo dos
405 Órgãos Colegiados da Secretaria Executiva do CERH-MG, queremos
406 expressar a nossa gratidão junto aos conselheiros pelo trabalho realizado
407 nesse ano. Não foi um ano fácil para nenhum de nós, como não foi o ano
408 anterior, e mesmo assim estamos vencendo. Agradecer os retornos por e-
409 mail, WhatsApp, telefone visando o acesso dos conselheiros às reuniões.
410 Deixar registrado que estamos com saudade das reuniões presenciais, mas
411 o momento ainda é delicado e seguimos com as reuniões remotas. E neste
412 momento de festas natalinas, desejar que a luz do Natal acenda em todos
413 os corações o amor fraterno e que os desafios enfrentados ao longo desse

414 ano nos ensine a dar mais valor para as coisas mais simples da vida. Um
415 Feliz e Santo Natal para todos, e um 2022 com muita saúde, paz, proteção,
416 fé e esperança de dias melhores. Que Deus abençoe a cada um e às
417 pessoas que vocês mais amam. Muito obrigada, fiquem com Deus!”.
418 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “ Estendo os votos expressados
419 pela Vânia a todos os conselheiros. Desejo a todos ótimas festas e que
420 passem com paz, valorizem esse ano que, se Deus quiser está acabando
421 depois de tantas dificuldades.”. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
422 assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana
423 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
424 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Thiago Figueiredo Santana

Presidente da Câmara Normativa e Recursal